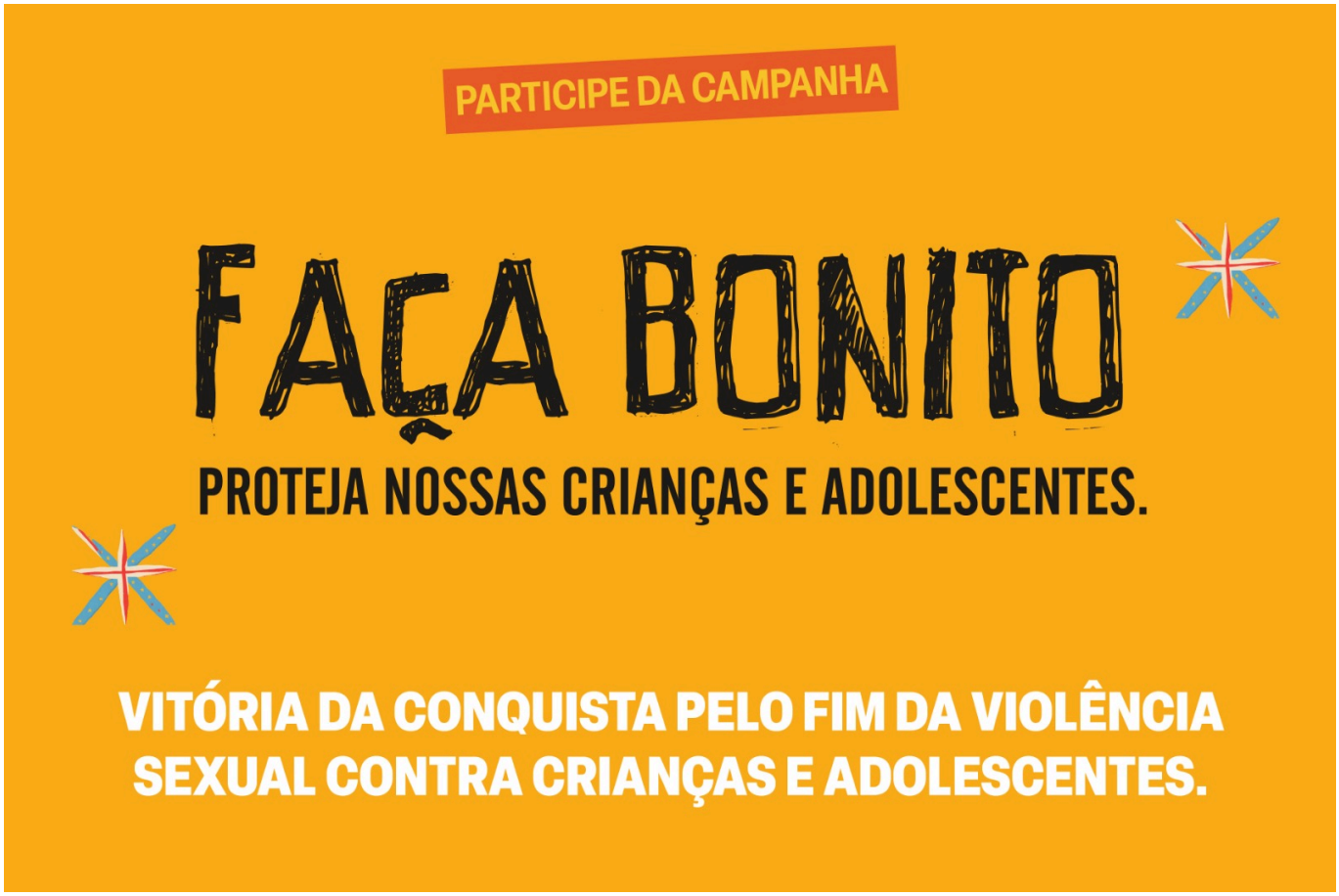
Prefeitura encerra campanha “Faça Bonito” e anuncia novos investimentos através de parceria com Unicef

Date : 30-05-2025



A Prefeitura de Vitória da Conquista, em articulação com o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (CMRPC), encerra na segunda-feira (2), a Campanha Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O encerramento acontece com um evento online, às 15h30, pela plataforma Google Meet, onde serão anunciados novos investimentos na área da infância e adolescência.

Com o tema “Faça Bonito: Proteja nossas crianças e adolescentes”, a campanha de 2025 promoveu uma série de ações de mobilização, informação e sensibilização em escolas, unidades de assistência social, equipamentos de saúde e outros espaços do município. A iniciativa reforçou o compromisso da rede de proteção com a prevenção e o combate a todas

as formas de violência contra crianças e adolescentes.

A solenidade de encerramento marca o início de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, o Unicef Brasil e o Instituto Aliança, para a criação da Escola Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um importante instrumento para o fortalecimento das políticas públicas de proteção à infância e adolescência no município. A escola será uma plataforma online, com o objetivo de garantir formação continuada para os profissionais da educação, saúde e assistência social, além dos conselheiros tutelares, por meio de cursos e capacitações específicas sobre os direitos de crianças e adolescentes e o funcionamento do Sistema de Garantia dos direitos da Criança e do Adolescente.

O escritório do Unicef no Brasil disponibilizará recursos financeiros, de modo que o Instituto Aliança apoie tecnicamente o município no processo de consolidação das políticas de proteção integral a crianças e adolescentes em Vitória da Conquista. A proposta visa ampliar o acesso à informação, qualificar o atendimento e garantir a promoção de direitos de forma articulada e contínua.